

**Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 6/2018/COAPP/SAS**  
Documento nº 00000.010816/2018-89

Em 27 de fevereiro de 2018.

<b>Assunto:</b> Acompanhamento do Progestão no estado do Rio Grande do Norte em 2017.
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.02128/2013-15
<b>Evento:</b> <input type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input checked="" type="checkbox"/> Videoconferência
<b>Locais:</b> Sedes da ANA e do Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte (IGARN)
<b>Data:</b> 06/09 e 20/10/2017
<b>Instituições participantes:</b> ANA, IGARN e SEMARH

## Relato

1. Para acompanhamento do Progestão no estado do Rio Grande do Norte, foram realizadas reuniões por videoconferência nas seguintes datas: 6 de setembro, que tratou apenas das metas de cooperação federativa e, em 20 de outubro, que deu continuidade às metas de cooperação federativa e também tratou das metas estaduais. Além das metas do Progestão, foi ainda apresentado o novo ciclo do programa, o Progestão 2, ao qual o estado do Rio Grande do Norte poderá aderir em 2018.

2. Participaram das videoconferências: pela ANA, os técnicos, José Luiz Gomes Zoby e Ludmila Rodrigues, pelo IGARN, Josivan Moreno, Gláucia Costa, Antonio Righetto, Tereza Cristina Campos Falcão, Hercília Coelho Medeiros e Patricia Damaso, e pela SEMARH, Isalúcia Barros Cavalcanti Maia e Carlos Nobre.

3. Os principais aspectos discutidos em relação às **metas de cooperação federativa** foram:

▪ Meta 1.1 Integração dos dados de usuários de recursos hídricos: o IGARN informou que utiliza o CNARH 1.0 e pretende migrar para o CNARH 40. A ANA respondeu que será necessário aguardar um pouco em função da migração dos sistemas que está em curso;

▪ Meta 1.2 Compartilhamento de informações sobre água subterrânea: o IGARN informou que, do universo de 620 poços, cerca de 300 já contavam com dados inseridos no sistema. Registrou que tinha dúvidas sobre a aceitação pela ANA de dados de vazão do poço superiores àqueles do teste de bombeamento. Acrescentou que são utilizadas fórmulas matemáticas para calcular a vazão explotável, que corresponderia à vazão do poço, porque os testes de bombeamento são muitas vezes realizados com bomba com capacidade inferior ao potencial de produção do poço. A ANA informou que buscaria esclarecer esse ponto com o setor de águas subterrâneas;

▪ Meta 1.3 Contribuição para difusão do conhecimento: a ANA ressaltou que os dados referentes à essa meta devem ser enviados até 31 de outubro. O IGARN registrou que não se recordava de haver recebido o ofício da ANA referente à meta. A ANA se comprometeu a verificar esse aspecto. O IGARN acrescentou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos está com termo de referência pronto e tem previsão de contratação até o final de 2017. Os recursos são de R\$ 2,1 milhões e haverá 5% de contrapartida do estado;

▪ Meta 1.4 Prevenção de eventos hidrológicos críticos: o IGARN informou que 96% dos boletins haviam sido publicados até aquele momento, tendo havido alguns problemas de internet que foram superados. Eduardo Boghossian, da área de monitoramento hidrológico

da ANA, destacou o importante trabalho contínuo do projeto de monitoramento dos açudes. O IGARN informou que não conseguiu realizar a instalação das régua nos açudes em que o nível de água regrediu e está definindo a estratégia de realização desse serviço, se com equipe própria ou por meio de contratação. A SEMARH se colocou à disposição do IGARN para avaliar a possibilidade de contratação por dispensa de licitação. Em relação à rede de alerta, a ANA comentou que os equipamentos automáticos antigos eram de manutenção mais difícil e foram substituídos por equipamentos com informação por celular. Registrou que poderá receber os 40 celulares da ANA dentro de 1 ou 2 semanas. Ressaltou que, das 7 estações da rede de alerta, 4 estão com problemas de índice de transmissão de dados. O IGARN relatou que a ausência de sinais se dá em função da seca e de problemas de peças. A ANA solicitou envio da demanda de peças e de informações sobre o estado das estações. O IGARN comentou que dispõe de equipe pequena para monitoramento e que tenta executar da melhor forma as atividades. Conforme planilha anexa do Gestor PCD, a transmissão de dados das estações foi inferior à média mensal de 80% em todos os meses do ano de 2017. A ANA informou que realizará, nesse ano, reunião sobre a rede de alerta e o monitor de secas; e

- Meta 1.5 Atuação para segurança de barragens: o IGARN relatou as dificuldades de comunicação com os empreendedores das barragens e informou que vai publicar portaria que incluirá a outorga de barragens e a exigência de contato do empreendedor. Informou também que não pretende classificar quanto ao dano e risco as novas barragens, além daquelas já cadastradas, e que isso será realizado posteriormente. A ANA recomendou que o IGARN contatasse a área de segurança de barragens para que saibam previamente os pesos que serão atribuídos a cada uma das variáveis associadas à meta 1.5.

4. A ANA apresentou em linhas gerais o Progestão 2. Esclareceu que o ciclo atual do Progestão será prorrogado até agosto ou setembro de 2018, a fim de que haja tempo para certificação das metas referentes ao exercício de 2017. O gestor da ANA colocou-se à disposição do estado para participar da reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para esclarecimento de dúvidas quanto ao Progestão 2 e de definição do novo quadro de metas do estado. A ANA recomendou que essa reunião aconteça até junho, de forma a viabilizar a assinatura do novo contrato no máximo até julho. Ressaltou também a importância de verificarem se ao menos 50% do montante transferido pelo programa foi devidamente empenhado ou executado, dado que essa variável é um dos fatores de redução do 2º ciclo do Progestão.

5. A SEMARH solicitou à ANA esclarecimentos sobre a forma de acompanhamento do Procomitês. Comentou que o quadro de metas já foi enviado e os recursos somente repassados em maio. A ANA esclareceu que o mesmo gestor do Progestão fará o acompanhamento do Procomitês, e que buscará informações sobre a sistemática de avaliação do programa.

6. Em seguida foram tratadas as **metas estaduais** selecionadas pelo estado e registrados os avanços obtidos pelo IGARN e pela SEMARH:

- Meta 1.1 Organização institucional do modelo de gestão: a situação permanece a mesma daquela registrada na última reunião de acompanhamento. Com as regulamentações das atribuições da SEMARH e do IGARN, realizadas no 2º semestre de 2015, foram estabelecidas as condições para que os organismos possam atuar de forma mais adequada;

- Meta 1.2 Organismo(s) Coordenador/Gestor: existem convênios SEMARH-FAPERH e IGARN-FAPERH que asseguram a contratação de bolsistas que atuam nestes órgãos e estão em curso negociações para prorrogação, tendo em vista que as bolsas se encerram em 2018;

- Meta I.3 Gestão de processos: o IGARN utiliza o *ProtocoloNet* adotado pelo governo estadual. As iniciativas realizadas com o IDEMA e com o Banco do Nordeste neste sentido não prosperaram. O IGARN conheceu o trabalho que a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) realizou para a AESA/PB e recebeu uma proposta da Universidade para desenvolvimento de sistema de informações e gestão de processos;
- Meta I.4 Arcabouço legal: a lei que trata das infrações e aplicações de penalidades foi aprovada em abril de 2016. Em relação ao decreto sobre outorgas, que data de 1997, foi elaborada minuta, encaminhada ao governo estadual passado, que não avançou. A SEMARH reenviou para o IGARN a minuta para alinhamento final em relação ao assunto. A resolução que trata da instalação de hidrômetros em usuários outorgados ainda não foi apreciada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH);
- Meta I.5 Conselho Estadual de Recursos Hídricos: em março de 2017 foi realizada reunião plenária e está prevista outra no 2º semestre. O regimento do Conselho está em revisão e foi criada em sua estrutura uma câmara recursal para as penalidades aplicadas. As atas de reunião seguem sendo disponibilizadas na página eletrônica;
- Meta I.6 Comitês de bacias e organismos colegiados: existem três comitês de bacia instalados, funcionando regularmente, e que cobrem uma área de aproximadamente 70% do estado. A SEMARH informou que um grupo técnico do CONERH está se reunindo para transformar o Comitê do Pitimbu em Pirangi. Além disso, registrou que realizou reuniões com presidentes dos comitês de bacia hidrográfica e identificou a necessidade de integrar as ações para otimizar a utilização dos recursos do programa Procomitês. Esclareceu que, embora ainda não tenha sido criado oficialmente, o fórum de articulação dos comitês já funciona. Há grande expectativa, por parte da SEMARH, de que o programa Procomitês alavanque o funcionamento dos comitês no estado;
- Meta I.7 Agências de água e entidades delegatárias: os comitês de bacia recebem apoio da SEMARH para seu funcionamento, que atua como secretaria executiva e cede espaço físico para as reuniões. Há expectativa da SEMARH que os recursos do Procomitês permitam um melhor desempenho do papel de secretaria por meio da compra de notebooks e da realização de atividades e de capacitação;
- Meta I.8 Comunicação social e difusão: o IGARN Itinerante atende dois municípios por mês e o Programa Água Nossa visita duas escolas por semana;
- Meta I.9 Capacitação setorial: as oficinas do DesenvolveRH, coordenado pela ANA, fornecem subsídios para a revisão do plano de capacitação que está em execução. O IGARN informou a realização de cursos para servidores, tais como, a utilização de GPS e elaboração de mapas, além de legislação e denúncia qualificada realizada na bacia do Açú;
- Meta I.10 Articulação com setores usuários e transversais: a situação de escassez de água e de intensificação de conflitos manteve a atuação junto a usuários e prefeituras, bem como a realização de negociações para alocação de água e fiscalização;
- Meta II.1 Balanco hídrico: deverá ser atualizado, em função da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, cuja revisão está prevista para ser contratada;
- Meta II.2 Divisão hidrográfica: a formalização da divisão hidrográfica do estado foi realizada na reunião de novembro de 2016 do CONERH;
- Meta II.3 Planejamento estratégico institucional: foi estabelecido, em 2015, um planejamento comum para a SEMARH e o IGARN. Em 2016, foram apresentados os primeiros indicadores de desempenho pelo IGARN. Em 2017, foi retomada a avaliação dos indicadores;
- Meta II.4 Plano Estadual de Recursos Hídricos: o Ministério do Meio Ambiente vai repassar recursos para contratação da revisão do Plano Estadual. O termo de referência está concluído e o custo da contratação é estimado em R\$ 2,9 milhões;

- Meta II.5 Planos de bacias: estão em fase de elaboração/conclusão os termos de referência para os planos de recursos hídricos do Ceará-Mirim e Apodi-Mossoró;
- Meta II.7 Estudos especiais de gestão: no âmbito de um convênio firmado entre IGARN, IDEMA e a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FUNPEC) está sendo realizado estudo sobre a capacidade de suporte de 13 reservatórios para desenvolvimento da piscicultura. Esse estudo foi iniciado em janeiro de 2017 e tem previsão de conclusão no início de 2018. Além disso, existe um convênio ANA-SEMARH para elaboração de proposta de sistema adutor cujo termo de referência foi concluído e o edital lançado em 22 de agosto;
- Meta II.8 Modelos e sistemas de suporte à decisão: o IGARN dispõe de um modelo de simulação de esvaziamento de reservatórios para suporte à gestão desses mananciais. Existe a expectativa de que esse modelo, que é antigo, seja acoplado ao sistema de informações;
- Meta III.1 Base cartográfica: existe uma base cartográfica mais detalhada no litoral leste e as bases existentes atendem satisfatoriamente à gestão;
- Meta III.2 Cadastrros de usuários e infraestrutura: o IGARN está reavaliando a ideia de realizar cadastro geral de usuários no estado. Atualmente sua atuação está voltada para o cadastramento em áreas de conflito, tendo sido realizado cadastro, em 2017, na Lagoa do Boqueirão e no município de Apodi;
- Meta III.3 Monitoramento hidrometeorológico: foram instaladas 32 estações do Banco Mundial e 17 da ANA/PISF, essas últimas nas bacias Apodi-Mossoró e Piranhas-Açu. A ANA comentou a respeito da necessidade de reavaliação da rede de alerta no estado. No âmbito do projeto de monitoramento de açudes, o IGARN identificou a necessidade de instalar réguas adicionais, atividade que vem sendo realizada. Além disso, informou a realização de contatos para iniciar o envio de dados das estações da rede de alerta da ANA por celular, atividade que foi priorizada, em relação ao projeto dos açudes, em comum acordo com o setor de monitoramento hidrológico da ANA;
- Meta III.4 Monitoramento de qualidade de água: foi finalizado o primeiro período de certificação do programa Qualiágua. A EMPARN realiza as análises de laboratório do programa. O programa Água Azul foi retomado com o convênio anterior;
- Meta III.5 Sistema de informações: o IGARN elaborou termos de referências e realizou contatos com diversas instituições e está aguardando propostas para a construção de um sistema de informações. O sistema desenvolvido pela UFCG para a AESA está sendo avaliado;
- Meta III.6 Pesquisa, desenvolvimento e inovação: através de convênio firmado entre IGARN e SEMARH com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN), estão sendo desenvolvidos trabalhos de pesquisa por bolsistas em diversas áreas relacionadas aos recursos hídricos. Por meio deste convênio há bolsistas que apoiam o IGARN na consecução das metas do Progestão. Nesse ponto, o IGARN pretende prorrogar as bolsas de estudo desses bolsistas por mais 12 meses. Informa ainda que está em revisão a carta consulta para a segunda etapa do Programa de Convivência com o Semiárido Potiguar (PSP), que produziu estudos importantes que foram entregues em 2015 à SEMARH;
- Meta IV.1 Outorga: existe um grupo que está discutindo quais são os rios efêmeros no estado. A demanda por outorga tem aumentado por conta das denúncias em função da seca e também devido à atuação da fiscalização. O IGARN iniciou a elaboração de um manual de outorga, mas não avançou no tema;
- Meta IV.2 Fiscalização: há três funcionários dedicados exclusivamente a essa atividade no IGARN. As ações executadas têm origem em denúncias e no planejamento de fiscalização. Embora o IGARN tenha buscado servidores de outros órgãos para reforçar a sua equipe em 2016, a iniciativa não teve êxito. Um bolsista está agora apoiando as atividades de

escritório da fiscalização. O IGARN registra que tem sido significativamente demandado pela ANA na bacia do rio Piranhas-Açu e tem realizado denúncias qualificadas para a agência;

▪ Meta IV.3 Cobrança: embora não integre o Quadro de Metas do Progestão, existe uma decisão de implementar a cobrança no estado. A SEMARH fez simulações sobre o potencial de arrecadação e enviou ao IGARN, que não avançou na etapa seguinte das tratativas que seria de coordenar as discussões com a sociedade e depois realizar o encaminhamento ao governo;

▪ Meta IV.4 Sustentabilidade financeira: a lei complementar 569/2016 estabelece a divisão dos recursos da aplicação das multas entre IGARN e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, sendo 50% para cada um. A pendência da questão administrativa, envolvendo banco e emissão de boletos, está sendo solucionada após a identificação de uma brecha jurídica;

▪ Meta IV.5 Infraestrutura hídrica: a SEMARH elabora e executa projetos de infraestrutura hídrica, incluindo a recuperação de reservatórios. O programa Governo Cidadão, anteriormente denominado RN Sustentável, tem a previsão de licitar um lote de reservatórios e a SEMARH participa dessa atividade. O atraso no seu desenvolvimento se deve aos questionamentos do Banco em relação à dominialidade dos corpos hídricos;

▪ Meta IV.6 Gestão e controle de eventos críticos: a Sala de Situação está operando adequadamente. Os problemas em relação ao recebimento de dados pluviométricos foram superados;

▪ Meta IV.7 Fundo Estadual de Recursos Hídricos: com a regulamentação das penalidades em 2016 e a aplicação de multas, o fundo receberá 50% destes recursos, enquanto o restante será repassado ao IGARN.

### **Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas**

7. A ANA deverá esclarecer a questão da inserção de dados de vazão outorgada superior à vazão de teste de bombeamento; verificar se foi enviado o ofício da ANA solicitando dados da meta 1.3; repassar a resolução e documentação do Progestão 2; enviar convite para a SEMARH, a fim de que participe da oficina sobre o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, que acontecerá em Brasília; além de esclarecer como será o acompanhamento do Procomitês.

8. A SEMAR enviará o termo de referência para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

9. O IGARN vai contatar o setor de segurança de barragens da ANA para conhecer os pesos que serão atribuídos a cada um dos critérios associados à meta 1.5.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

JOSÉ LUIZ GOMES ZOBY

Gestor do Contrato nº 116/ANA/2013

Portaria ANA nº 148, de 31 de março de 2016

Ciente. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)

LUDMILA ALVES RODRIGUES

Coordenadora da Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Relatório PROGESTÃO Anual.

Lista: RIO GRANDE DO NORTE | Período: 2017.

Fonte: SGH/ANA. Data da Consulta: 22/02/2018 16:49.

Código	Nome	Tp	Ori	St.Est.	Marca	Sens	Tran	Uf	Dt.Inst.	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17
37610000	AÇUDE ENG. ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES	(F)	PS	Ativo	VA-1	NI-7; VA-N	GP	RN	jul/09	0	39	8	0	0	56	29	100	46	0	88	87
536048	AÇUDE ENG. ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES	(P)	PS	Ativo	VA-1	PR-1	GP	RN	jul/09	0	39	8	0	0	56	29	100	46	0	88	87
37563000	AÇUDE ITANS	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	RN	set/12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	AÇUDE ITANS	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	RN	set/12	100	100	100	100	100	100	100	2	0	0	0	0
37714600	AÇUDE PATAXÓ	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	RN	set/12	40	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
536065	AÇUDE PATAXÓ	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	RN	set/12	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
37062800	AÇUDE SANTA DO CRUZ DO APODI	(F)	PS	Ativo	VA-1	NI-7; VA-N	GP	RN	jul/09	0	56	100	100	100	100	100	100	100	99	92	96
537051	AÇUDE SANTA DO CRUZ DO APODI	(P)	PS	Ativo	VA-1	PR-1	GP	RN	jul/09	0	56	100	100	100	100	100	100	100	99	92	96
37750000	ALTO RODRIGUES	(F)	PS	Ativo	VA-1	NI-7; VA-S	GP	RN	ago/10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
536063	ALTO RODRIGUES	(P)	PS	Ativo	VA-1	PR-1	GP	RN	ago/10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
37564100	BARRAGEM PASSAGEM DAS TRAIRAS	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	RN	set/12	9	5	3	13	13	14	13	0	0	0	0	0
0	BARRAGEM PASSAGEM DAS TRAIRAS	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	RN	set/12	14	23	23	23	22	18	18	1	0	0	0	0
37730000	DIBA - SÍTIO CANTO ALEGRE	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	RN	set/12	100	16	0	0	87	100	64	72	100	100	100	98
536066	DIBA - SÍTIO CANTO ALEGRE	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	RN	set/12	100	100	100	100	100	100	64	72	100	100	100	100
37413000	DIVISA PB-RN	(F)	PS	Ativo	VA-1	NI-7; VA-S	GP	RN	ago/10	56	62	100	100	97	15	7	82	88	90	99	98
637061	DIVISA PB-RN	(P)	PS	Ativo	VA-1	PR-1	GP	RN	ago/10	100	62	100	100	97	15	7	88	100	91	100	100
37084000	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	RN	set/12	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	97
537036	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	RN	set/12	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	97
37470000	JARDIM DE PIRANHAS	(F)	PS	Ativo	HO-5	NI-7; VA-S	GO	RN	dez/04	100	100	100	100	100	100	93	100	100	100	99	14
637050	JARDIM DE PIRANHAS	(P)	PS	Ativo	HO-5	PR-1	GO	RN	dez/04	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	99	100
37030000	PAU DOS FERROS	(F)	PS	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	RN	ago/10	100	100	100	97	94	87	89	0	0	0	56	100
638100	PAU DOS FERROS	(P)	PS	Ativo	VA-2	PR-1	GO	RN	ago/10	100	100	100	100	94	87	100	81	100	82	98	100
37080000	PEDRA DE ABELHAS	(F)	PS	Ativo	VA-1	NI-7; VA-S	GP	RN	ago/10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
537008	PEDRA DE ABELHAS	(P)	PS	Ativo	VA-1	PR-1	GP	RN	ago/10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
37570000	SÃO FERNANDO	(F)	PS	Ativo	VA-1	NI-7; VA-S	GP	RN	ago/10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	66	47
637063	SÃO FERNANDO	(P)	PS	Ativo	VA-1	PR-1	GP	RN	ago/10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	47
37710150	SÍTIO ACAUÃ II	(F)	PS	Ativo	VA-1	NI-7; VA-S	GP	RN	ago/10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
536064	SÍTIO ACAUÃ II	(P)	PS	Ativo	VA-1	PR-1	GP	RN	ago/10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>MÉDIAS:</b>										44	49	52	51	54	52	47	50	49	45	57	56

Origem: AE - ana/inpe | AM - ana/sivam | SO - setor elétrico | CE - cotaonline | PS - projetos\_especiais.

Marca: VA - VAISALA (1: MAW-55; 2: MAW-55M; 3: 555) | CA - CAMPBELL (6: CR-800; 7: CR-1000) | HO - HIDROMECC/OTT (4: GP; 5: GO) | RM - RMQA\_GPRS (8: RMQA\_GPRS) | CO - COTAONLINE (9: COTAONLINE).

Sensor: PR - Precipitacao: (1: Báscula; 2: Não Especificado).

Sensor: NI - Nível: (1: Encoder; 2: Pressão; 3: Display; 4: Ultrassônico; 5: Radar; 6: Res. 3; 7: Não Especificado).

Sensor: VA - Vazão: (S: Sim; N: Não).

Transmissão: SA - SCD/ARGOS | GO - GOES | GP - GPRS | RM - RMQA.

Maiores que 90%      Entre 80% e 90%      Menor que 80%      Estação não instalada ou Desativada